

RELATÓRIO DE VIAGEM

MISSÃO OFICIAL | GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Tenho orgulho em afirmar que fiz parte do grupo de parlamentares que estiveram presentes na 63ª Sessão da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU). Nossa participação neste importante evento internacional, promovido no presente mês de março, se deu pelo reconhecimento do legado parlamentar brasileiro na defesa e promoção da mulher.

A 63ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher foi realizada em Nova York, Estados Unidos, no período de 11 a 22 de março de 2019, e contou com uma participação recorde de mais de 9 mil pessoas. A Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) é o principal órgão intergovernamental mundial dedicado exclusivamente para promover a igualdade de gênero e o empoderamento feminino e, esse ano, teve como tema principal Proteção Social, Serviços Públicos e Infraestrutura.

No domingo, dia 10 de março, o Embaixador Mauro Vieira, convidou a delegação da União Interparlamentar para uma reunião de coordenação que contou com a presença da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, e a Secretária Adjunta da Secretaria Nacional de Políticas para a Mulher, Rosinha da Adefal. A Ministra Damare Alves falou que a expectativa do novo governo em políticas públicas é “alcançar as que não foram alcançadas”. Promovendo uma política social que abarque as especificidades das mulheres, incluindo as mulheres indígenas, rurais, ribeirinhas e ciganas. Participaram, também, embaixadores e diplomatas brasileiros que apresentaram sugestões de reuniões para a delegação brasileira no âmbito da 63ª CSW.

A sessão de abertura da CSW 2019 foi presidida pela Embaixadora da Irlanda junto às Nações Unidas, Geraldine Byrne Nason, que ressaltou: “resiliência está no DNA de mulheres e o mundo precisa de resiliência de mulheres mais do que nunca”. O Secretário-geral das Nações Unidas, Antônio Guterres, também discursou na abertura do evento e destacou que “Quando excluímos mulheres, todos pagam o preço. Quando incluimos mulheres, o mundo todo ganha”.

Na sede da ONU, a União Interparlamentar (IPU) informou que, embora lentamente, a porcentagem global de mulheres nos parlamentos continua aumentando. No Brasil, temos atualmente a maior bancada feminina da nossa história, composta por 77 mulheres. No entanto,

nas Américas, apenas 30% dos legisladores são compostos por mulheres, considerando conjuntamente a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

A Presidente da União Interparlamentar, Gabriela Cuevas Barron, discursou como painelistas da sessão sobre Sexismo, Assédio e Violência contra mulheres no Parlamento. Esse painel foi organizado em conjunto pelo Conselho da Europa (PACE), a União Interparlamentar e a Missão Permanente da Finlândia junto à ONU. O painel destacou várias ações e iniciativas para acabar com a violência contra mulheres na política, entre as quais o lançamento da hashtag #notinmyparliament (não no meu parlamento) que ocorreu em novembro de 2018 com o objetivo de combater o assédio.

Também foi apresentado um impressionante estudo sobre as violências sofridas pelas mulheres, foi atestado que a violência contra a mulher perpassa por todas as esferas de poder. Nesse sentido, grande parte das deputadas europeias entrevistadas afirmou ter sofrido violência psicológica em seus mandatos. Também receberam ameaças de estupro e foram alvos de ataques sexistas online em redes sociais. Muitas das entrevistadas no estudo dizem que não há mecanismo em seus parlamentos para relatar casos de assédio ou violência. Inclusive a morte da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), parlamentar negra e defensora dos direitos humanos, foi enfatizada como violação dos direitos das parlamentares e uma enorme perda para a política brasileira.

Outra reunião muito importante da União Interparlamentar, no dia 13 de março, teve como foco o papel fundamental dos parlamentos para assegurar que recursos adequados sejam alocados para a adoção de políticas públicas que buscam a igualdade de gênero, principalmente em áreas de proteção social, serviços públicos e infraestrutura. Inclusive foi nessa reunião que fiz minha fala com a ajuda de Silvia Campos que foi minha tradutora.

Como defensora do Estado Democrático, acredito no relevante papel das leis como forma de empoderamento da mulher. Como vereadora de Maceió (AL), ajudei a aprovar um conjunto de leis voltadas para a promoção da igualdade de gênero. É o caso da Lei da Parada Segura, que garante o direito às mulheres de desembarcarem do transporte coletivo em um local mais seguro e próximo das suas residências, após as 20 horas. Contribuí também para a proibição legal de contratação com recursos públicos de espetáculos musicais ou de outra natureza que estimulem a violência ou submetam a imagem da mulher a discriminações ou situações degradantes. Instituímos o dia 24 de fevereiro como o Dia Municipal da Conquista do Voto Feminino e o dia 06 de dezembro como o Dia Municipal do Laço Branco, pela mobilização dos homens pelo fim da violência contra as mulheres.

Ainda no âmbito da 63ª CSW, a União Interparlamentar e a ONU Mulheres lançaram o novo mapa 2019 com a participação feminina nos poderes legislativo e executivo. De acordo com a pesquisa realizada, as eleições de 2018 consolidaram muitos ganhos na representatividade feminina e demonstraram que países que adotaram o sistema de cotas tiveram um aumento de participação feminina maior do que países que não adotaram as cotas. Além disso, as eleições de 2018 apontaram novas tendências com relação à representação feminina no parlamento trazendo maior diversidade na representação com parlamentares mais jovens e de diferentes grupos étnicos.

TEREZA NELMA

Deputada Federal

PSDB/AL